



p08 ECONOMIA

Porto de Sines registou menos movimentações no ano de 2025

p07 FESTIVAL

Artes performativas "ocupam" espaços públicos de Grândola



JORNAL sudoeste

DIRECTOR: CARLOS PINTO // ANO. 13 // N. 292 // 2026.02.20 // quinzenal // 0.5€

Reconstrução em Alcácer do Sal precisa de verba "considerável"

MAU TEMPO > Autarca Clarisse Campos frisa que existem estradas e infraestruturas públicas destruídas, assim como empresas, espaços comerciais e habitações familiares || Câmaras de Odemira e de Sines exigem obras "urgentes" nas estradas nacionais



Novo CACI da APC Odemira é "um sonho cumprido"

■ Ambição antiga da Associação de Paralisia Cerebral de Odemira (APCO), o novo Centro de Atividades e Competências para a Inclusão (CACI) foi construído na Quinta da Estrela, num investimento da Câmara de Odemira avaliado em mais de 1,7 milhões de euros, que teve participação comunitária, através do programa Portugal 2020. "O momento que hoje assinalamos nesta cerimónia é muito mais do que a concretização de um sonho. Este momento é um marco histórico na nossa história", frisou a presidente da APCO, Manuela Forte, na cerimónia de inauguração. >p06



Luis Manuel da Silva, Lda

DISTRIBUIDOR DE MATERIAL ELÉCTRICO

ILUMINAÇÃO - SINALIZAÇÃO - MAT. ELECT. INDUSTRIAL - INTERCOMUNICAÇÃO - QUADROS ELÉCTRICOS

ZIL 2, Rua C, Lote 102 A - 7520-309 SINES

Tel.: 269 632 919 | 269 635 699

Fax: 269 632 577

E-mail: geral@lms.pt | www.lms.pt



A Talha

Comércio do Vinho, Lda

Rua João Soares nº 3 A/B - 7520-216 Sines

Tel.: 269 870 562 Fax: 269 870 563

E-mail: geral@atalha.pt | www.atalha.pt

www.facebook.com/A-Talha-Lda-331838413687162

GRANDE VARIEDADE DE CONSERVAS E PRODUTOS REGIONAIS.
GRANDE SORTIDO DE VINHOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS.



III EDITORIAL

E depois
do temporal?

■ Nas últimas semanas, um ciclo nunca visto de sucessivas tempestades assolou grande parte do país, deixando para trás um rasto de destruição, sobretudo nas zonas centro e sul.

Um dos locais mais afetados foi o concelho de Alcácer do Sal, onde o nível da água do Sado galgou margens e chegou a atingir mais de dois metros de altura na zona ribeirinha da cidade, inundando espaços públicos, lojas, restaurantes e habitações. Mas houve também aldeias isoladas e campos agrícolas alagadas.

Mas este cenário desolador não restringiu apenas ao concelho de Alcácer do Sal: de Odemira a Sines, de Santiago do Cacém a Grândola, são vários os registos de prejuízos em estradas, estufas ou infraestruturas de apoio ao turismo.

Depois de vários dias de aflição – e agora que o tempo parece estar a “levantar” –, a hora é de fazer contas aos estragos. E nessa matéria, é essencial que o Governo (e também a União Europeia) tenham a sensibilidade necessária e indispensável para dar resposta às necessidades das comunidades afetadas.

Na sua passagem por Alcácer do Sal, na passada semana, o primeiro-ministro Luís Montenegro anunciou que haverá um Plano de Recuperação e Resiliência exclusivamente português, a que chamou PTRR, para que o país possa recuperar economicamente das consequências do mau tempo e atuar nas infraestruturas mais críticas.

“Posso já avançar que hoje tivemos uma reflexão já muito aprofundada no Conselho de Ministros e dei orientações a todos os ministérios para projetarmos um grande programa de recuperação e resiliência para Portugal, para podermos chegar a todo o território”, afirmou o líder do Governo. E acrescentou: “Vamos ter uma resposta nacional para um problema que afetou todo o território: teremos um PTRR, um Programa de Recuperação e Resiliência Português, exclusivamente português, para podermos sair desta sucessão de intempéries mais fortes, mais resilientes, recuperados socialmente, recuperados do ponto de vista da dinâmica económica”.

Espera-se que estes anúncios do primeiro-ministro sejam acompanhados de medidas e ações concretas. Que mais que palavras bonitas e de solidariedade, haja capacidade de agir com celeridade e eficiência. E que tudo aquilo que foi destruído seja rapidamente repostado. Caso contrário, territórios como nosso ficarão ainda mais “interiorizados” e longe de um país que se quer coeso e desenvolvido.

**Que tudo o que
foi destruído
seja repostado. Ou
ficaremos ainda
mais “interiori-
zados”.**

JORNAL
súdoeste

Director: Carlos Pinto
Paginação: Rui Santos
Colaboradores Permanentes: Joaquim Bernardo, Cláudia Silva, Rita Balbino, Napoléon Mira, António M. Quaresma, Fernando Almeida, Daniel Brito, Rui Graça
Projecto Gráfico: JOTA CBS – Comunicação e Imagem Lda.

Registo: ERC - 126 444
Tiragem semanal: 3.000 exemplares
Impressão: Empresa Gráfica Funchalense
Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50
Morelena - 2715-029 Pêro Pinheiro
Depósito Legal: 371054/14
Estatuto Editorial: Disponível em www.jornalsudoeste.com

Redacção e Publicidade
Rua Campo D’Ourique, 6-A 7780-148 Castro Verde
Tel. 965 562 138 // geral@jornalsudoeste.com

Propriedade e edição:
JOTA CBS – Comunicação e Imagem Lda. // NIF 503 039 640
Rua Campo de Ourique, 6-A // CASTRO VERDE
Tel. 286 328 417 // geral@jota-cbs.pt
Detentores de 5% ou mais do capital social da empresa: Carlos Miguel Silvestre Contreiras Pinto (60%) e Expoente Teórico Publicidade Unipessoal, Lda. (40%)
Sócio-gerente: Carlos Miguel Silvestre Contreiras Pinto

III OPINIÃO

Que fazem os nossos
representantes na
Assembleia Municipal?

■ A Assembleia Municipal tem um papel fundamental na democracia local. É este órgão que garante a representação dos cidadãos, a transparência e o controlo democrático das decisões que afetam a vida das pessoas. É também na Assembleia Municipal que se discutem ideias, se tomam decisões importantes e se assegura que a vontade dos cidadãos é respeitada por quem define as políticas públicas do concelho (presidente e vereadores da Câmara Municipal).

Os membros da Assembleia Municipal são escolhidos, em primeiro lugar, diretamente pelos cidadãos, através das eleições autárquicas, que acontecem de quatro em quatro anos. Os eleitores votam em listas de candidatos à Assembleia Municipal apresentadas por partidos políticos, coligações ou grupos de cidadãos. O número de deputados municipais eleitos varia em função do número de votos obtidos por cada lista, garantindo uma representação proporcional.

Depois de eleitos, o que fazem exatamente os deputados municipais?

Uma das suas funções mais importantes é fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal. Podem pedir esclarecimentos sobre decisões do presidente e dos vereadores, analisar documentos – como relatórios de atividades e contas do município – e avaliar se as políticas definidas estão a ser cumpridas.

Os deputados participam também na análise e aprovação do orçamento e dos planos do município, tarefas que exigem estudo, atenção e um elevado sentido de responsabilidade.

Outra função essencial é deliberar sobre matérias fundamentais para o concelho, como a aprovação do orçamento municipal e das grandes opções do plano, a aprovação de planos urbanísticos (PDM, planos de urbanização, entre outros), a autorização da contratação de empréstimos, a criação de impostos municipais e a aprovação de regulamentos.

Muitos deputados apresentam moções, recomendações e propostas sobre áreas como transportes, ambiente,



RITA BALBINO COSTA
Presidente da Assembleia
Municipal de Odemira

Graças ao trabalho de todos os membros da Assembleia Municipal, [...] as políticas locais tornam-se mais participadas, afirmando a Assembleia Municipal como um verdadeiro pilar da democracia de proximidade.

habitação, cultura ou ação social, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do concelho. Além disso, podem integrar comissões ou grupos de trabalho, onde analisam assuntos específicos com maior profundidade.

Os deputados municipais devem ainda assumir um papel muito importante: ouvir os cidadãos, recolher as suas

preocupações e levá-las para o debate político.

Para desempenhar todas estas funções, os deputados municipais consomem muito tempo da sua vida pessoal, uma vez que o cargo não é exercido a tempo inteiro e é acumulado com a respetiva atividade profissional.

A Assembleia Municipal não é constituída apenas por deputados eleitos. Os presidentes das juntas de freguesia fazem também parte deste órgão, automaticamente, por exercerem esse cargo. A sua presença é fundamental, pois garante que cada freguesia tem voz e que os problemas locais chegam à discussão ao nível municipal.

Para além dos deputados diretamente eleitos e dos presidentes das juntas de freguesia, a Assembleia Municipal elege, no início de cada mandato, uma Mesa, composta por um presidente e dois secretários.

O presidente da Assembleia Municipal é eleito pelos próprios membros na primeira sessão após as eleições autárquicas. Cabe-lhe liderar e representar a Assembleia, assegurando imparcialidade e respeito entre todos. É também responsável por convocar as sessões, definir a ordem de trabalhos, conceder a palavra aos membros e garantir que os trabalhos decorrem com ordem e civilidade.

Os secretários asseguram a parte prática do funcionamento da Assembleia, tratando das atas, leituras, votações e da organização geral dos trabalhos.

Em conjunto, a Mesa garante que as reuniões da Assembleia Municipal decorrem de forma organizada, transparente e de acordo com o regimento, incluindo os momentos destinados à intervenção do público.

Graças ao trabalho de todos os membros da Assembleia Municipal, ou seja, os deputados municipais, os presidentes das juntas de freguesia e os membros da Mesa da Assembleia, as políticas locais tornam-se mais participadas, afirmando a Assembleia Municipal como um verdadeiro pilar da democracia de proximidade, onde a voz da população se transforma em decisões que moldam o presente e edificam o futuro do concelho.



Cofinanciado pela
União Europeia

Conheça a **Lista de PROJETOS APROVADOS** na sua região, pelo PESSOAS 2030, a 31 de dezembro de 2025

O PESSOAS 2030 apoia o emprego, as qualificações e a inclusão social de **TODAS AS PESSOAS**, em resposta ao desafio demográfico. É cofinanciado pelo Fundo Social Europeu Mais e Estado Português.



CONHEÇA **SEIS HISTÓRIAS REAIS** E INSPIRADORAS DE ADULTOS APOIADOS EM CENTROS QUALIFICA

Fique a conhecer toda a **Ação de Comunicação dos Centros Qualifica enquanto Operação de Importância Estratégica**, realizada pelo PESSOAS 2030 e pela ANQEP.



CONHEÇA AQUI



**CENTROS
QUALIFICA**

Lisboa

Av. Columbano Bordalo Pinheiro 86,
1070-065 Lisboa

Porto

Praceta da Cooperativa a Realidade, nº 17
4465-330 São Mamede de Infesta

geral@pessoas2030.gov.pt

Call Center: 215 895 300 (dias úteis | 9h-18h)

Um Programa para
TODAS AS PESSOAS

www.pessoas2030.gov.pt



Cofinanciado pela
União Europeia

// CONCELHO FOI DOS MAIS AFETADOS PELO MAU TEMPO



Reconstrução em Alcácer do Sal vai precisar de verba “considerável”

Autarca Clarisse Campos frisa que existem estradas e infraestruturas públicas destruídas, assim como empresas, espaços comerciais e habitações familiares.

■ A presidente da Câmara de Alcácer do Sal, Clarisse Campos, reclama do Estado a atribuição de “uma verba considerável”, que não precisa, para reabilitar as infraestruturas danificadas pelas cheias neste concelho.

“Vamos reivindicar ao Estado que venha ao terreno e comece a verificar o que temos destruído em termos de estradas, acessos e edifícios municipais, além das empresas, espaços comerciais e habitações familiares”, afirma a autarca eleita pelo PS.

Clarisse Campos considera que, perante a catástrofe que atingiu Alcácer do Sal, será preciso atribuir ao concelho “uma verba considerável” para a reabilitação das infraestruturas e equipamentos danificados.

“Os apoios que estão a ser divulgados [pelo Governo] são comple-

tamente irrisórios para a situação de calamidade e de tragédia que temos no concelho”, frisa, insistindo que será necessário “muito dinheiro para se conseguir reabilitar tudo”.

Segundo a presidente do município, além dos danos causados pelas inundações em empresas, espaços comerciais e casas, a própria Câmara Municipal também regista prejuízos na biblioteca municipal, no edifício dos serviços técnicos e em estradas.

A autarca destaca a “enorme onda de solidariedade” que se gerou à volta do concelho, envolvendo equipas de voluntários e militares, entre outros, nos trabalhos de limpeza, e a atribuição de donativos em dinheiro.

Para os donativos, foi criada uma conta solidária pelo Atlético Clube Alcacerense, com o aval e

apoio institucional do município, com vista a reunir fundos para apoiar quem perdeu os bens nas cheias das últimas semanas. As doações podem ser feitas para a conta com o IBAN PT50 0045 6020 4041 2208 5454 9.

De acordo com Clarisse Campos, a iniciativa inclui a criação de um regulamento e a constituição de uma unidade de missão, com especialistas nas áreas jurídica, contabilidade, arquitetura e engenharia, que vai acompanhar a atribuição dos donativos.

“Os donativos em dinheiro são importantes, porque o financia-

mento que o Estado já anunciou é manifestamente pouco para reabilitar tudo aquilo que ficou destruído”, salienta.

A presidente da Câmara de Alcácer do Sal também espera que o Governo possa conceder apoios à uma comunidade piscatória da Carrasqueira, que perdeu os rendimentos devido ao mau tempo.

“O cais palafítico ficou parcialmente destruído e eles estão sem pescar há vários dias, devido à água doce ter entrado na água salgada”, o que “acabou por afastar a pesca, o choco, por exemplo”, realça.

Segundo a autarca de Alcácer do Sal, esta comunidade piscatória do Rio Sado é de “baixos rendimentos” e precisa de apoio por parte do Governo. “Estamos a ajudá-los, através da Junta de Freguesia, com a canalização de alimentos para serem entregues também na comunidade para quem precisa, mas eles precisam de muito mais do que isso”, salienta.

Clarisse Campos diz que a Câmara de Alcácer do Sal vai contactar o secretário de Estado das Pescas para o alertar para a situação e solicitar apoios para a comunidade piscatória da Carrasqueira.

“Vamos reivindicar ao Estado que venha ao terreno e comece a verificar o que temos destruído em termos de estradas, acessos e edifícios municipais”, diz Clarisse Campos.

Plano de Recuperação vai avançar

O primeiro-ministro anunciou que haverá um Plano de Recuperação e Resiliência exclusivamente português, a que chamou PTRR, para que o país possa recuperar economicamente das consequências do mau tempo e atuar nas infraestruturas mais críticas. “Posso já avançar que dei orientações a todos os ministérios para projetarmos um grande programa de recuperação e resiliência para Portugal, para podermos chegar a todo o território”, afirmou Luís Montenegro na semana passada, durante uma visita a Alcácer do Sal. Segundo o líder do Governo, “ninguém vai ser esquecido” e o PTRR permitirá “podermos sair desta sucessão de intempéries mais fortes”.

// OFÍCIO ENVIADO PELA AUTARQUIA À INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL

Odemira pede “ação urgente” nas estradas nacionais do concelho

Município afiança que várias estradas nacionais do concelho “estão cortadas ou em condições perigosas para a circulação” rodoviária.

■ A Câmara de Odemira exige uma “ação urgente” por parte da empresa Infraestruturas de Portugal (IP) na rede rodoviária do concelho, que tem sido “severamente afetada” pelo mau tempo das últimas semanas.

Em comunicado, o município explica que o presidente da autarquia, Hélder Guerreiro (PS), “pediu esclarecimentos” à IP sobre “o planeamento de intervenção na rede rodoviária do concelho, severamente afetada pelo recente ‘comboio de tempestades’”.

No documento, a Câmara Municipal menciona que várias estradas nacionais no concelho “estão cortadas ou em condições perigosas para a circulação” rodoviária.

Entre “as vias mais críticas”, a autarquia aponta as estradas nacionais (EN) 266 e 390, ambas “cortadas ao trânsito”, assim como a EN 123, “que se encontra em situação quase intransitável”, e as EN 120, EN 389 e EN 393, que “necessitam de reparações urgentes para evitar uma degradação total”.

Em declarações ao “SW”, o autarca Hélder Guerreiro admitiu que, embora a IP tenha realizado “algu-

mas intervenções no passado”, o concelho está a viver “um momento dramático”, o qual exige “o foco, a disponibilidade e a urgência na intervenção” que a situação impõe.

O presidente da Câmara Municipal recorda ainda que o ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, afirmou que a IP “está mandatada para executar o mais rapidamente possível” a reparação das infraestruturas danificadas, com “400 milhões de euros já previstos” em orçamento para esse efeito.

Hélder Guerreiro acrescenta que a população de Odemira “exige essa intervenção por respeito à garantia da sua qualidade de vida”, argumentando que “a falta de manutenção das estradas compromete não só a segurança rodoviária, mas também as atividades económicas e o desenvolvimento local”.

“A Câmara Municipal espera agora um plano de intervenção detalhado para restaurar as condições de circulação nas vias mais críticas do concelho, garantindo a segurança e a mobilidade da população”, conclui o edil odemirense.



“População de Odemira exige essa intervenção por respeito à garantia da sua qualidade de vida”, frisa o autarca Hélder Guerreiro.

// EXIGÊNCIA APRESENTADA À INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL

Câmara de Sines exige intervenção “urgente” na Estrada Nacional 120-1

■ A Câmara de Sines solicitou formalmente à Infraestruturas de Portugal (IP) uma “intervenção urgente” na Estrada Nacional 120-1 (EN120-1), que já estava degradada mas que, com o mau tempo, encontra-se “praticamente intransitável”.

Em comunicado, o município revela ter enviado um ofício dirigido ao presidente do conselho de administração da IP, Miguel Cruz, no qual é explicado o “avançado estado de degradação” da via, que “se agravou de forma significativa nas últimas semanas”, devido ao mau tempo.

A E120-1 encontra-se “praticamente intransitável com múltiplas depressões, extensos lençóis de água e situações que colocam em risco a segurança rodoviária”, lê-se na nota.

Citado no comunicado, o presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, salienta que a estrada “constitui uma importante via de comunicação e uma alternativa essencial de acesso a Porto Covo” por parte de “trabalhadores, agentes económicos e residentes”, tal como para um “significativo fluxo de turistas”.

Contactado pela Agência Lusa,

o autarca reitera que a estrada “já estava muito degradada há vários meses ou, se calhar, até anos”, mas a situação “tem vindo a acentuar-se” devido às condições climáticas adversas das últimas semanas e também porque é “a única alternativa de circulação” após a recente derrocada na Estrada Municipal (EM) 1109 entre Sines e Porto Covo.

“Todo o tráfego agora, obrigatoriamente, vai pela EN120-1 e, nas condições em que a estrada está, se nada for feito a situação vai-se agravando, com perigo iminente de poder haver ali uma tragédia”, realça o presidente da Câmara de

Sines.

De acordo com Álvaro Beijinha, a derrocada na EM 1109 aconteceu num local onde “existia uma ponte que tinha um sistema hidráulico para escoamento da ribeira que suporta descargas da Barragem de Morgavel”.

O autarca revela que a Câmara de Sines, em conjunto com a Águas de Santo André, está a estudar “qual a solução do ponto de vista de engenharia hidráulica” que tem de ser implementada para recuperar a EM 1109, mas “seguramente vai demorar alguns meses” até restabelecer a via.

// MAU TEMPO

Prejuízos de milhões na agricultura de Odemira

■ A associação representativa de empresas hortofrutícolas do Sudoeste Alentejano revela que o mau tempo registado na região causou danos em instalações agrícolas e centenas de hectares de estufas e túneis, estimando prejuízos aproximados de 20 milhões de euros.

Em declarações à Agência Lusa, o presidente da AHSA – Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores do Sudoeste Alentejano, Luís Mesquita Dias, diz que “os prejuízos vão-se acumulando” devido à chuva que caiu no concelho de Odemira.

“É muito difícil encontrar um número, mas o mais parecido com aquilo que pensamos ser a realidade anda à volta dos 20 milhões de euros”, afirma o responsável, que diz estimar que os prejuízos possam ser superiores porque “foram bastantes empresas afetadas”.

Luís Mesquita Dias alerta ainda para a questão da produção hortofrutícola, que ficou afetada com os danos causados nas explorações agrícolas pelo vento forte que “danificou os túneis”. “Naturalmente, aí ainda é mais difícil a quantificação, mas também é uma verba substancial”, sustenta.

Também a organização Luso-morango, que representa os produtores de pequenos frutos do concelho de Odemira, aponta para prejuízos provisórios que ultrapassam os 10 milhões de euros, e pediu o acesso aos apoios anunciados pelo Governo.

“Entre as quatro dezenas de produtores associados, contabilizam-se prejuízos diretos provisórios já superiores a 10 milhões de euros”, frisa a organização em comunicado, acrescentando que a perda de capacidade produtiva dos seus associados está entre 50% a 70%.

Esta situação leva a organização a pedir ao Governo que os produtores de Odemira possam aceder às medidas de apoio anunciadas pelo Governo, alertando que, sem isso, dezenas de explorações agrícolas e milhares de empregos podem ficar em causa.



// ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE ODEMIRA TEM NOVO ESPAÇO



Um sonho cumprido!

Novo Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão custou cerca de 1,7 milhões de euros e pode acolher 30 utentes.

■ “Este espaço representa inclusão, acessibilidade, oportunidade e direito. Representa escuta, respeito e vontade e fazer diferente. Ninguém é igual a ninguém, todos são diferentes”. O espaço é o novo Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) da Associação de Paralisia Cerebral de Odemira (APCO) e as palavras certas de António, um dos utentes desta nova resposta, marcaram a cerimónia de inauguração da infraestrutura, no passado dia 6 de fevereiro.

Ambição antiga da APCO, o novo CACI foi construído na Quinta da Estrela, num investimento da Câmara de Odemira avaliado em mais de 1,7 milhões de euros, que teve participação comunitária, através do programa Portugal 2020.

“O momento que hoje assinalamos nesta cerimónia é muito mais do que a concretização de um sonho. Este momento é um marco histórico na nossa história”, frisou no seu discurso a presidente da APCO, Manuela Forte.

De acordo com a dirigente [ver entrevista ao lado], ao longo de quase 25 anos a APCO soube encontrar nos espaços de que dispunha “outros espaços que não existiam”. “Foi assim que construímos o nosso caminho e para tal contribuíram a imaginação, a

resistência e o empenho de todas as pessoas que trabalharam e trabalham na APCO”, acrescentou.

Manuela Forte lembrou que, “nos últimos 15 anos”, a instituição construiu um lar residencial, triplicou o número de colaboradores, aumentou “significativamente” o número de pessoas acompanhadas e inaugurou o novo CACI. Por isso, concluiu, “a missão dos atuais órgãos sociais encontra-se cumprida” e “em dezembro outras pessoas serão chamadas a continuar este trabalho”.

Espaço que dignifica Odemira

O novo CACI da APCO tem capacidade para 30 utentes e conta com três salas de atividades, uma sala de fisioterapia, uma sala de convívio, uma sala de refeições, uma sala para colaboradores e cinco

gabinetes técnicos, além de um espaço exterior.

O equipamento permitirá à APCO desenvolver atividades para jovens e adultos com idade igual ou superior a 18 anos com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras deficiências, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva.

O espaço foi construído pela Câmara de Odemira, no âmbito das parcerias municipais com as entidades locais da economia social, e segundo o presidente da autarquia representa uma “resposta diferenciada para pessoas também diferenciadas”.

“Este espaço representa completarmos aquilo que é a resposta a toda a sociedade do concelho de Odemira. Representa qualidade e tratarmos todas as pessoas com respeito e com dignidade. Portanto, é um espaço que dignifica Odemira e os odemirenses”, disse Helder Guerreiro ao “SW”, após a cerimónia de inauguração.

O autarca frisou ainda que, neste momento, o município tem em curso um investimento de cerca de 1,5 milhões de euros em Vila Nova de Milfontes, em parceria com uma instituição social local, para aumentar a resposta no concelho na área de creche em 110 vagas.

“E estamos a projetar com mais outras duas instituições, uma em São Luís e outra em São Teotónio, para aumentarmos também aí a resposta de creche”, anunciou o edil odemirense.

// MANUELA FORTE

“Nesta casa nunca se para!”

■ O que representa para a APCO a inauguração do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)?

Vamos fazer 25 anos este ano e podemos estar neste momento num edifício como este é um sonho que se cumpre, porque estávamos em espaços muito mais exíguos e, portanto, todo o trabalho que desenvolvemos obviamente que era afetado por isso. Podemos estar neste edifício é realmente um sonho cumprido. E é claramente uma oportunidade para melhorarmos o trabalho que desenvolvemos.

■ Depois da inauguração desta nova resposta, o que se segue?

Não se pode parar e nesta casa nunca se para! Em primeiro lugar, vamos ter que retirar deste edifício tudo aquilo que ele ainda nos pode dar. Ou seja, criar respostas inovadora e aproveitar o espaço onde estamos. Depois, não podemos dizer que está tudo concluído, porque não está. O nosso lar tem capacidade para 24 pessoas e podíamos ter outro com as mesmas 24 [camas] que estaria cheio depois de amanhã. O próprio CACI só tem capacidade para 30 pessoas e o concelho tem muito mais necessidades. Portanto, está ainda muita coisa para fazer, mas é para isto que cá estamos, para tentar encontrar soluções.

■ A APCO vai celebrar 25 anos em breve. Sente que a população olha para associação como uma instituição de referência no concelho?

Absolutamente! Temos sempre um *feedback* por parte da comunidade muito positivo e temos esse reconhecimento por parte da comunidade. Temos imensos parceiros da comunidade que estão connosco, empresas, entidades, que manifestam sempre esse carinho para com a instituição. Portanto, nesse aspeto, somos uns sortudos!



// RAMIRO BEJA

Faleceu antigo autarca de Santiago



■ Ramiro Beja, antigo presidente da Câmara de Santiago do Cacém, sempre eleito pela CDU, faleceu esta quarta-feira, 18, aos 82 anos, anunciou a autarquia, que decretou três dias de luto municipal.

Segundo o município, Ramiro Francisco Guiomar Beja liderou a autarquia em três mandatos consecutivos, entre 1989 e 2001, assumindo depois a presidência da Assembleia Municipal, de 2009 a 2012. Antes desempenhou funções como presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém (1982-1985) e de vereador na Câmara Municipal (1985-1989).

Natural de Santiago do Cacém, onde nasceu a 17 de abril de 1943, Ramiro Beja ingressou, em 1969, no corpo de Bombeiros Voluntários de Santiago do Cacém como voluntário e motorista assalariado, profissão que prosseguiu, em 1974, na empresa de transportes João Cândido Belo.

Mais tarde, foi delegado sindical, membro da Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Distrito de Setúbal e da Comissão Central dos Trabalhadores da Rodoviária Nacional.

Entre 1982 e 1985 foi ainda presidente da direção da Cooperativa de Habitação Económica “Alegria do Povo” e também presidente da mesa da Assembleia Geral do União Sport Club.

Em 2009 recebeu a Medalha de Honra Municipal atribuída pela autarquia, tendo ainda sido agraciado pela Liga de Bombeiros Portugueses com a Medalha de Serviços Distintos, Grau de Ouro, na qualidade de presidente da Câmara Municipal, por proposta dos Bombeiros Voluntários de Santiago do Cacém.

O “SW” apresenta as suas condolências à família de Ramiro Beja.

// EVENTO DECORRE NO FIM DE SEMANA

Grândola recebe festival de artes performativas

Festival Linha Amarela 1 pretende ser espaço de encontro e partilha.

■ Circo contemporâneo, teatro, dança e performance são os destaques na programação de um novo festival de artes performativas que vai decorrer neste fim de semana, entre os dias 20 e 22 de fevereiro, na vila de Grândola.

O Festival Linha Amarela (LA-1) é promovido pela Associação Ainda Não Tem Nome, com o apoio da Câmara de Grândola e da Direção-Geral das Artes, e pretende ser “um espaço de encontro, partilha e acesso democrático à criação artística contemporânea”.

Segundo a organização, o evento, que tem direção artística e coordenação de Joana Ferreira e Manuela Jorge, “propõe uma programação diversificada, reunindo companhias nacionais e internacionais de circo contemporâneo, teatro, dança e performance, com criações destinadas a públicos de todas as idades” e que serão apre-



■ Britânicos Gandini Juggling vão atuar em Grândola nesta sexta-feira, 20 | DR

“ Festival apresenta estreias nacionais e a espetáculos de referência internacional.

sentadas em vários espaços públicos da “vila morena”.

“Ao assumir o espaço público como palco, promove-se não só a aproximação de artistas e comunidade, como se promove o combate ao isolamento social através de uma experiência e partilha

coletiva”, revela a mesma fonte ao “SW”.

A organiza refere ainda que, “ao longo de três dias, o público poderá assistir a estreias nacionais e a espetáculos de referência internacional, com propostas que cruzam a palavra, o virtuosismo, o humor

e interação direta com o público”.

O Festival LA-1 arranca nesta sexta-feira, 20, pelas 14h30, com o espetáculo de circo “Concorda”, da portuguesa Companhia ConCor-da, no pátio da Biblioteca e Arquivo Municipal. E às 21h30 o Jardim 1º de Maio recebe o espetáculo de malabarismo frutado “Smashed2”, dos britânicos Gandini Juggling.

No sábado, 21, António Jorge Gonçalves apresenta o espetáculo de teatro cientistado “O convidador de pirilampos” no Cine Granadeiro (10h30), seguindo-se a estreia nacional do espetáculo de dança de acasalamento “Romeo, Romeo, Romeo”, da norte-americana Joshua Monten Dance Company, no Jardim 1º de Maio (16h00).

O mesmo local acolhe, pelas 21h30, “Une partie de soi”, da companhia de circo luso-francesa O Último Momento.

O Festival LA-1 termina no domingo, 22, dia marcado pela estreia nacional do espetáculo de circo levitacional “La lévitation réelle”, da companhia francesa L’Immédiat, no Jardim 1º de Maio, com sessões às 14h30, 15h00 e 15h30.

Pelas 16h30 é apresentado, no pátio da Biblioteca e Arquivo Municipal, o espetáculo de circo participativo “Damoclés”, dos franceses Cirque Inextremiste. E pelas 18h00 o Jardim 1º de Maio acolhe a sessão de circo alençolado “Tancarville”, dos franceses Le G. Bistaki.

A programação do festival, com entradas gratuitas em todas as iniciativas, inclui ainda oficinas ludo-coreográficas, de desenho com penas, de dança contemporânea, de acrobacias e de equilíbrio, entre outras.

// INICIATIVA DA ASSOCIAÇÃO PEDRA ANGULAR

Terras Sem Sombra vai passar no Alentejo Litoral

■ Santiago do Cacém, Grândola, Vila Nova de Milfontes (no concelho de Odemira) e Alcácer do Sal vão ser “paragem” da 22ª edição do festival Terras Sem Sombra, que vai decorrer entre os meses de fevereiro e dezembro, “conciliando” música clássica com ações de divulgação do património histórico e iniciativas de salvaguarda da biodiversidade.

O festival, organizado pela associação Pedra Angular, com sede em Santiago do Cacém, tem este ano como país convidado a Polónia e vai realizar-se sob o mote “Alegres Campos, Verdes Arvoredos: Música e Biosfera (Da

Idade Média à Criação Contemporânea)”, que presta homenagem à lírica de Luís Vaz de Camões, por ocasião do 500º aniversário do nascimento do autor d’“Os Lusíadas”.

A edição deste ano do Terras Sem Sombra arranca, a 28 de fevereiro, em Arronches e chega ao Alentejo Litoral um mês depois, a 28 de março, com a cerimónia de entrega do Prémio Internacional Terras sem Sombra, que vai decorrer no Auditório Municipal António Chafinho, em Santiago do Cacém, presidida pela Infanta D. Maria Francisca de Bragança, duquesa de Coimbra.

No primeiro fim de semana de maio, dias 2 e 3, o festival vai estar em Grândola, onde terá lugar um concerto do Art’N’Voices Vocal Ensemble, no Cine Granadeiro.

Depois, a 12 de setembro, será a vez de Vila Nova de Milfontes, no concelho de Odemira, receber a atuação do conjunto Mário Nandayapa Quartet, que terá lugar no Foirte de São Clemente.

Por fim, no fim de semana de 5 e 6 de dezembro, o Terras Sem Sombra vai passar pelo concelho de Alcácer do Sal, com o Convento de Nossa Senhora de Ara Coeli a ser palco de um concerto da Amadeus Chamber Orchestra.

ZAMBUJEIRA DO MAR FESTIVAL SUDOESTE DEVE VOLTAR EM 2027

■ O festival de música Sudoeste, na Zambujeira do Mar, no concelho de Odemira, não vai voltar a acontecer este verão, mas deverá ter um regresso no próximo ano de 2027, assume Luís Montez, da promotora Música no Coração. “Acredito que em 2027 vou fazer [o festival] e gostava de anunciar em agosto deste ano as datas do próximo”, diz Luís Montez. Trata-se do segundo ano consecutivo em que a promotora não realiza o festival Sudoeste, o que leva o promotor a lamentar a concorrência no mercado e a falta de incentivos para as empresas investirem as suas marcas em festivais. Em 2027, o festival Sudoeste vai cumprir 30 anos da sua fundação enquanto evento de música num recinto ao ar livre, na Herdade da Casa Branca, próxima da Zambujeira do Mar, no concelho de Odemira.

GRÂNDOLA FONOGRAMAS SÃO TESOURO NACIONAL

■ O Governo classificou como tesouros nacionais dois fonogramas relativos à senha que deu início à revolução do 25 de Abril de 1974, segundo decreto publicado na segunda-feira, 16, em Diário da República. Os dois fonogramas são um conjunto de três bobinas, sendo a primeira “correspondente à gravação do programa Limite, da Rádio Renascença, que na madrugada de 25 de abril de 1974 deu início às movimentações militares que culminaram no golpe de estado que pôs fim à ditadura”. O processo de classificação foi aberto no final de junho de 2024 e a proposta de classificação veio a ser publicada em julho de 2025 em Diário da República. A abertura do procedimento foi solicitada, em 29 de novembro de 2023, pela Direção Regional de Cultura do Alentejo e pela Câmara de Grândola”.



// MAU TEMPO NO INVERNO AFETOU ATIVIDADE DA INFRAESTRUTURA

Porto de Sines com menos movimentações em 2025

Mau tempo provocou “cenário atípico”, impossibilitando ou condicionando operação de navios “durante 26 dias”.

■ O Porto de Sines registou em 2025 uma quebra de 12% no volume de movimentação total nos vários terminais face ao ano anterior, em parte devido ao mau tempo registado nos meses de inverno.

Em comunicado, a Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS) indica que o porto do Litoral Alentejano encerrou o ano passado com “um total de 42,1 milhões de toneladas” de volume movimentado em todos os seus terminais, que representa “um decréscimo de 12%

face ao ano anterior”.

Segundo a administração portuária, o mau tempo registado nos meses de inverno levou “a um cenário atípico em Sines de impossibilidade ou muito condicionamento na operação de navios durante 26 dias”.

Para este ano, a APS diz esperar “boas perspetivas” no segmento de granéis líquidos, lembrando a requalificação deste terminal para o adaptar “a movimentação de novos combustíveis verdes, contribuindo



desta forma para o aumento da capacidade operacional da infraestrutura”.

A administração portuária destacou “a resiliência” do Terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL), que, apesar da “forte pluviosidade” em 2025 que condiciona a importação deste gás para produção de energia, “registou índices de movimentação similares a 2024, garantindo o fornecimento de 96% das necessidades do país”.

Já ao nível da carga contentorizada, o Terminal de Contentores de Sines registou 1,7 milhões de TEU (contentores de 20 pés), correspondendo a um decréscimo de 10% face a 2024, que “não ficou alheio a alguma instabilidade laboral verificada em 2025”.

“A situação ficou sanada no final do ano, perspetivando-se um cenário de estabilidade para o futuro”, frisa a APS.

Neste segmento, a entidade realça “o crescimento de 4% registado na carga import/export”, explicando que este resultado foi impulsionado pelo “tráfego com o hinterland” e pela “oferta competitiva de Sines aos importadores e exportadores ibéricos”.

Edital N.º 54/2026

Deliberações da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 05 de fevereiro de 2026

Hélder António Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira:

Faz saber, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações da Câmara Municipal destinadas a ter eficácia externa, tomadas na reunião ordinária da Câmara Municipal, que teve lugar no dia 05 de fevereiro de 2026.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GAOMAJ - GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E ASSESSORIA JURÍDICA

1 - Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Odemira: Mandato 2025-2029.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

2 - Plano de Pormenor do Cruzamento do Almogrove: Alienação dos lotes de terreno n.º 24, 25 e 26.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade. A eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP apresentou uma Declaração de Voto escrita.

3 - Indicação de representante dos setores económicos para integrar a composição do Conselho Municipal de Segurança de Odemira.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

4 - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário à Casa do Povo de Relíquias.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

5 - Constituição de Equipa Multidisciplinar de Promoção Territorial.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção dos eleitos pelo Partido CHEGA e da Coligação Democrática Unitária.

6 - Quotizações referentes ao ano de 2026.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e do eleito pela Coligação Democrática Unitária; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP.

7 - Empreitada de “Requalificação do Núcleo Antigo e Ribeirinho da Zambujeira do Mar”: Aprovação de minuta de Contrato Adicional n.º 4 e Trabalhos Complementares n.º 5.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA. A eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP, apresentou uma Declaração de Voto escrita.

8 - Empreitada de “Destilaria e Centro Interpretativo do Medronho, na Antiga Moagem de Sabóia”: Aprovação de minuta de Contrato Adicional n.º 1 e Trabalhos Comple-

mentares n.º 1.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA. A eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP, apresentou uma Declaração de Voto escrita.

9 - Reconhecimento PIN-Potencial Interesse Nacional para o Hotel dos Aivados, na Freguesia de Vila Nova de Milfontes. Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e do eleito pelo Partido CHEGA; e a abstenção do eleito pela Coligação Democrática Unitária. O eleito pela Coligação Democrática Unitária, apresentou uma Declaração de Voto escrita. Não tomou parte na votação a eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP.

10 - Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Instituto Português do Mar e da Atmosfera e o Município de Odemira.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

11 - 1.ª Alteração Orçamental 2026.

Foi tomado o devido conhecimento.

12 - Relação das ordens de pagamento efetuadas no período de 15 de janeiro a 27 de janeiro.

Foi tomado o devido conhecimento.

DL - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

13 - Relação dos processos de licenciamento e comunicação de obras e loteamentos particulares, para conhecimento.

Foi tomado o devido conhecimento.

DOM - DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

14 - Empreitada de “Requalificação do Núcleo Antigo de São Teotónio e Parque Ribeirinho”: Trabalhos Complementares n.º 04.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA. A eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP, apresentou uma Declaração de Voto escrita.

15 - Empreitada de “Construção do Centro de Atividades Ocupacionais de Odemira”: Revisão de Preços Definitiva.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA. A eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP, apresentou uma Declaração de Voto escrita.

16 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego “Odemira Empreende”: Aprovação de candidatura.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

17 - Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Empresarial: Lista Definitiva.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

DP - DIVISÃO DE PLANEAMENTO

18 - Implementação de Zona de Cargas e Descargas na Rua do Encalhe em São Teotónio.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

19 - Implementação da unidade de execução 18 do Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes: Proposta Final de Delimitação da Unidade de Execução.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

DDS - DIVISÃO DE DESPORTO E SAÚDE

20 - Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira e a Associação de Atletismo de Beja para 2026.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

21 - Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira e a Associação de Natação do Alentejo para 2026.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

DIS - DIVISÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL

22 - Apoio ao Arrendamento: Análise de candidaturas.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

23 - Contrato de Alojamento de Emergência e Transição: Retificação da 2.ª prorrogação.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

24 - Projeto Cui(DAR)+: Relatório de Execução 2025.

Foi tomado o devido conhecimento.

25 - Núcleo Local de Inserção de Odemira: Relatório Anual do 2025 e Plano de Ação para 2026.

Foi tomado o devido conhecimento.

26 - Protocolo de Colaboração do Projeto Cui(Dar)+: Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal do Concelho de Odemira.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA.

27 - 4.ª Adenda ao Anexo do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Odemira e a Associação Humanitária D. Ana Pacheco para Acompanhamento dos Beneficiários de Rendimentos Social de Inserção.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA.

28 - Estratégia Local para a Migração.

Foi tomado o devido conhecimento.

DE - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

29 - Protocolo de Colaboração para Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular 2025-2026.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

30 - Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira e o Instituto Nossa Senhora de Fátima, o Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade e a Associação Solidariade Social Vila Nova de Milfontes - Creche, JI e ATL.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

31 - Projeto Aprender Juntos com Erasmus+ IV:

2ª Transferência de bolsas de mobilidade.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.

DCJ - DIVISÃO DE CULTURA E JUVENTUDE

32 - Programa Odemira Criativa - Eixo III - Medida 7 - Bolsas de Criação: Lista definitiva 2026.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e do eleito pelo Partido CHEGA; e a abstenção da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP.

33 - Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira e a GAIA Alentejo - Grupo de Ação e Intervenção Ambiental para a implementação do Projeto Regenerar Odemira IV.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA.

34 - Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Odemira: Aprovação definitiva.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA.

35 - Programa Odemira Criativa - Medida 1 - Apoio à Criação: Lista definitiva.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP.

36 - Programa Odemira Criativa: Declaração de Compromisso.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP.

37 - Estrutura tarifária dos Serviços de Águas de Abastecimento, Saneamento e Resíduos - Ano 2026.

Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA.

Paços do Concelho de Odemira, 06 de fevereiro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder Guerreiro, Eng.º